

LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Milton de Albuquerque

Comissão de Culturas de Subsistência do IPEAN

Sabemos que qualquer esforço, por mais simples e insignificante, empregado no sentido de contribuir para a solução de um problema, se constitui uma ação louvável.

Dai este pequeno artigo no qual focalizamos alguns aspectos ligados à momentosa questão da alimentação, matéria que cada vez mais preocupa os meios políticos e científicos de todo o Universo. Além de abordar, muito superficialmente, a situação alimentar do mundo no momento atual e suas perspectivas futuras, é também estudada, em traços rápidos, a questão da produção e sua importância para a Amazônia, bem como a viabilidade do seu aumento em grandes proporções dentro de um plano colonizante.

1) SITUAÇÃO ALIMENTAR ATUAL E PERSPECTIVAS

Folheemos um livro qualquer de história e veremos que desde os primórdios da humanidade a "fome", em suas várias modalidades, sempre desempenhou papel de capital importância no surto dos acontecimentos históricos. É do conhecimento elementar que as grandes convulsões sociais que a história registra tiveram nela seu principal fator causal.

Multiplicam-se os inventos, criam-se milhares de instrumentos e objetos, aprimora-se a técnica, surgem e desaparecem civilizações, passam-se anos, séculos, milênios e continua ela como um dos mais terríveis inimigos da humanidade, senão o mais terrível. Os conceitos emitidos por Buda há mais de 20 séculos são perfeitamente atuais.

Em nossos dias, não obstante os extraordinários progressos da ciência e da técnica, o aspecto da fome continua sempre ameaçador, mormente em certas regiões onde circunstâncias de várias naturezas determinam uma carência de recursos e de assistência. A produção de alimentos, em qualidade e quantidade que satisfaçam a necessidade mundial, ainda será por muito tempo um dos maiores problemas de natureza social, econômica e política a resolver.

Será que o resolveremos, levando afinal de vencida o tradicional adversário que desde a nossa condição primeva, no alvorecer da vida, enfrentamos?

Hoje, mais do que nunca, sábios e cientistas de todas as nacionalidades se congregam em entidades e formulam planos de combate que se estendem a todos os pontos do globo. Recursos vultosos são postos à disposição de pesquisadores e em todas as nações criam-se novos órgãos ou estimulam-se os já existentes dedicados ao estudo do problema.

Estudemos rapidamente as perspectivas que se nos deparam no presente, procurando verificar se a sua resolução apresenta-se mais fácil que antes.

PANORAMA MUNDIAL

Há mais de 10 anos Josué Castro em sua "Geo política da Fome" referia-se à espécie de repugnância que os humanos sentem em abordar temas envolvendo a fome em suas diversas modalidades. Embora bastante amenizada, essa repugnância ou vergonha ainda persiste. É certo que organismos internacionais como a FAO publicam trabalhos em profusão, num utilíssimo empenho de divulgar conhecimentos e normas, mas sem a penetração nos meios mais necessitados deles. Por motivos razoáveis ou não, as Instituições que os recebem escassamente os divulgam, e somente através de notícias esparsas e naturalmente restritas dos jornais chegam aos meios não técnicos ou especializados.

Na maior parte das publicações ultimamente editadas, está sempre presente o aspecto mais importante e sério da época atual: o aumento da população mundial.

Tudo na hora presente concorre para esse aumento extraordinário que se processa em tremenda escala ascendente: acenüado progresso no controle das doenças, através da higiene e métodos preventivos, restringindo sensivelmente a mortalidade, principalmente a infantil; deficiência educativa e orientadora nos grupos mais carentes de recursos, precisamente o mais numeroso e mais prolífico; ausência de guerras e decréscimo sensível de conflitos internos das nações; influência religiosa não obstante a prática da limitação dos filhos; aplicação inadequada ou imperfeita de métodos anti-concepcionais, etc..

Tal aspecto leva cientistas e técnicos de todas as partes do mundo a preverem dificuldades intransponíveis antes do fim do século, se medidas racionais, eficientes e prontas não forem logo tomadas no sentido de neutralizá-las.

No ritmo do crescimento atual, dentro de 15 anos a população do globo terá se duplicado. Será que a produção de alimentos irá também registrar um aumento capaz de cobrir a necessidade desses 5 bilhões de indivíduos que seremos nós em 1980? Acreditam os cientistas que sim, baseados nas vastas áreas que ainda hoje se encontram inexploradas e nos grandes progressos da técnica agrícola e tecnológica, embora a medida mais eficiente de prevenção e controle julgue ainda ser o limite racional da natalidade (o aumento de 200 milhões na população da China nos últimos 12 anos, impressionou profundamente o governo chinês que já começou a tomar medidas enérgicas e efetivas no sentido de orientar o povo sobre a urgente necessidade de reduzirem ao máximo o número de filhos, qualquer que seja a condição social dos indivíduos).

Ao referirem-se às vastas áreas e aos progressos técnicos, não pensam os cientistas somente nos grandes territórios da África e da América do Sul ainda praticamente virgens de explorações agrícolas, mas, também, na

possibilidade de transformar em solo agrícola imensas porções da área vastíssima e até agora inaproveitada próxima aos polos, bem como a dos enormes desertos existentes em quase todos os continentes da Terra. Pensam também no mar, outro reservatório de alimentos cujo aproveitamento poderá ser centuplicado, na melhoria dos processos de adubação e na criação de produtos sintéticos.

São estes os recursos com que se pretende evitar que num futuro próximo a humanidade se bestialize sob o acicale da fome, sem falar nos recursos extraordinários com que a nossa imaginação já está ousando sonhar, levando seu pensamento à Lua, Venus, Marte, etc., etc.

No momento que passa, a produção de alimentos atinge a um volume que podemos admitir como quase suficiente para satisfazer as necessidades mundiais, se a sua distribuição fôsse balanceada. Infelizmente, enquanto os países da América do Norte produzem um excedente vultoso, outras regiões distantes sofrem fome, mesmo na sua forma aguda, sem poderem aproveitar aquele excedente.

Na Ásia, na África e também na América do Sul, a superpopulação, a pobreza, a deficiência educativa e o precário nível sanitário, fatorizados pelo clima, são os responsáveis pela fome que impera em vastas zonas, principalmente sob forma crônica (subnutrição).

PANORAMA BRASILEIRO

Dividindo o Brasil em grupos, veremos que apenas o grupo Sul e parte do Centro Oeste produzem alimentos capazes de satisfazer a si próprios, podendo ainda exportar excedentes. O restante do território nacional, com exceção de algumas zonas, está muito aquém da auto-suficiência.

Somente agora, motivado pelas circunstâncias e mercê de uma expressão maior da classe agrônômica no cenário do país, começa-se a observar um decidido desenvolvimento da nossa mentalidade agrícola, embora em ritmo muito aquém do necessário e desejado. É certo que se trata de um desenvolvimento desordenado, não obstante os montes de planos que são feitos para discipliná-lo, mas, só o fato de se processar já significa bastante. Mesmo ainda incipientemente, a questão da alimentação já começa a ser encarada com uma certa seriedade.

Precisamos, no entanto, ainda muito fazer para colocar o Brasil no nível das grandes nações com relação a esse aspecto.

Vejamos, recorrendo ao Anuário do IBGE de 1962, alguns dados referentes à área cultivada que utilizamos em 1961 para produção de alimentos.

ÁREA CULTIVADA (ha, Cereais

Arroz	3.174.037
Aveia	31.231
Centeio	23.436
Cevada	31.511
Milho	6.885.740
Trigo	1.022.234

Leguminosas alimentícias

Fava	114.746
Feijão	2.580.567
Soja	237.546

Tubérculos e raízes

Batata-dôce	143.403
Batata-inglesa	191.253
Mandioca	1.414.081

Outras culturas

Amendoim	436.264
Abacaxí	26.093
Alfafa	29.095
Alho	11.718
Cebola	41.175
Melancia	114.482
Melão	6.197
Tomate	29.895

Observa-se que para o sustento de 75 milhões de indivíduos plantamos pouco mais de 25 milhões de hectares com uma produção próxima de 40 milhões de toneladas. Essa produção, acrescida pelo contingente alimentício de origem animal, dá, aparentemente, a idéia de ser perfeitamente suficiente para suprir as necessidades da população.

E, contudo, uma idéia incorreta.

Como se sabe, os técnicos em matéria de alimentação dispõe hoje de métodos capazes de determinar com relativa segurança a situação alimentar de uma comunidade. O método de Hicks é amplamente utilizado pelos pesquisadores em todo o mundo, incluindo o Brasil.

Apliquemos este método às nossas condições e vejamos os resultados:

Começemos por determinar o coeficiente agro-biológico, dividindo a área cultivada, convertida em acres, pela população

Teremos então, com o acréscimo de 1 acre por cabeça de gado existente:

$$\frac{(52 + 76)}{76} = 1,68$$

Dividindo o coeficiente pela constante de tolerância, acharemos:

$$\frac{1,68}{2,5} = 0,68 \text{ ou } 0,7$$

Coeficiente este que não alcançando a unidade indica ainda faltar bastante para chegarmos à auto-suficiência.

Sendo um método altamente racional, não obstante sua simplicidade de execução, baseado em pesquisas repetidas e cuidadosas e abrangendo o máximo de aspectos, sua aplicação é sempre feita com grande dose de segurança.

Vemos assim, que nossa atual situação no terreno da alimentação não é boa, concorrendo para nos colocar no grupo nada interessante das nações subdesenvolvidas.

As zonas Nordeste e Norte com a sua série de fatores adversos em que o clima e povoamento desequilibrado avultam como os mais importantes, são, certamente, as maiores responsáveis por aquela nossa colocação deprimida no concerto das Nações.

O que se verifica nessas zonas todos nós sabemos.

Na primeira, o conhecido e tremendo fenômeno periódico da "sêca" com toda a sua enorme coorte de consequências nocivas, ligado à exagerada proliferação da população, são os responsáveis pelo quadro triste de subnutrição da região, não obstante sua inegável capacidade de produção.

Na segunda, condições climáticas opostas, com pluviosidade e calor em grau acentuado, descoroçoam sensivelmente a imigração, a qual somente se processa compulsoriamente, com elementos nordestinos incultos e miseráveis, fugitivos da sêca e da fome, elementos que dispersos na imensidade amazônica e quase totalmente desassistidos de tudo, muito pouco concorrem para a produção.

Essas duas zonas e mais uma grande parte da Central-Oeste que apresenta índice de subnutrição idêntica, ocupando em conjunto mais da metade do território nacional, mostram que perto de 2/3 deste território é constituído por áreas subdesenvolvidas.

PANORAMA AMAZÔNICO

O quadro que apresentamos ao Mundo, no tocante à alimentação, não somente é triste, mas, também, algo incompreensível. Torna-se difícil a alguém que vive fora da Amazônia, tendo dela apenas um conhecimento superficial, admitir que nela se verifique um baixíssimo índice de nutrição. A pujança de nossas florestas e a famosa e sedida frase de Humboldt muito concorrem para provocar a estranheza dos observadores.

É fato, surpreende que numa região de 3.500.000 km² (350.000.000 de ha.) a qual já atravessou uma fase de prosperidade com o ciclo da Borracha, atualmente se cultive apenas cerca de 250.000 hectares para atender às necessidades de mais de 3.500.000 habitantes.

Do anuário estatístico do IBGE já citado extraímos os seguintes dados sobre a área cultivada na região com culturas alimentícias em 1961.

	Área em ha.	Produção em ton.
Abacaxi	920	3.113
Amendoim	60	4.199
Arroz	56.000	47.172
Banana	2.700	4.199
Batata doce	700	5.712
Cacau	7.400	2.650
Café	950	532
Cana	12.000	252.940
Côco	1.000	6.324
Feijão	10.400	7.909
Laranja	250	98.316.000 de frutos
Mandioca	60.000	777.441
Milho	45.000	34.137
Tomate	1.250	

Observa-se que apenas Mandioca produzimos além do necessário.

Com relação à parte animal a deficiência também é grande.

Na base, estabelecida pelas autoridades no assunto, da necessidade de relação (1x1) entre a população humana e a bovina para determinar o equilíbrio de uma região, apresentamos um quadro lamentável, havendo necessidade de duplicar nosso rebanho para alcançar tal equilíbrio.

II) PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA

Dessa revista breve que fizemos da situação alimentar na época atual, ressaltam vários aspectos que nos interessam muito de perto e que devem passar a preocupar todos os elementos de nossa comunidade e não unicamente um grupo restrito de técnicos e estudiosos, como até o momento vem acontecendo. Qualquer pessoa que tire alguns minutos do seu tempo para meditar sobre a matéria logo deduzirá que não irá demorar muito para que comece a Amazônia a sofrer pressões no sentido de participar ativamente no esforço em favor da produção de alimentos.

Nos últimos comunicados da FAO já se pode observar a insistência com que se referem ao não aproveitamento de grandes áreas ainda virgens de cultivo. É bem patente a insinuação neles contida, embora velada, da necessidade de começarem desde logo essas áreas a contribuir para a produção. Sabe-se que a Amazônia é a principal delas.

Não nos causará surpresa se dentro em breve, numa das reuniões periódicas do Congresso Mundial de Alimentação, seus milhares de membros, inclusive os brasileiros, aprovem um projeto versando sobre o aproveitamento da vasta área que só na parte brasileira, como já foi dito, representa cerca de 350 milhões de hectares.

É natural então, no caso disso se concretizar, que se pergunte: será um bem ou mal para o Brasil e, particularmente para a Amazônia?

A resposta a tal pergunta certamente só poderá ser dada depois de estudados os diversos aspectos do empreendimento.

Poderá parecer, à primeira vista, que somente vantagens advirão de sua concretização, tendo em vista não apenas a valorização da região mas ainda os benefícios que constituem o seu objetivo. Mas, sabemos perfeitamente que é muito difícil um empreendimento só apresentar vantagens. Temos, no caso, de tomar em consideração outros aspectos, sobressaindo o da Segurança Nacional e Soberania, bem como aquele velho amor-próprio que em nós existe e que sempre se ressentem com qualquer intromissão.

Por mais diplomática e mascarada, qualquer forma de pressão significará um forte golpe à nossa dignidade, desde que nos conferirá um atestado final de incapacidade.

Como a maior parte dos brasileiros, confessamos que às vezes os responsáveis pelos nossos destinos quase nos levam a crer nessa incapacidade. Mas, logo essa fase depressiva desaparece quando meditamos melhor e chegamos à constatação de que o fato de, não obstante às administrações negativas, progredirmos de modo acentuado, significa, precisamente, que dispomos de capacidade.

Somos displicentes e imprevidentes, mas não incapazes.

Deixando de parte essas considerações de ordem política, procuremos estudar medidas para incrementar a produção de alimentos na região.

Quais os caminhos que deverão ser tomados para conseguir elevar nossa produção de alimentos a um ponto que não somente satisfaça, mas que também exceda às nossas necessidades?

Continuar com a velha mentalidade de julgar que a simples operação de povoamento, desde que acompanhada de assistência geral ao imigrante, possa trazer solução ao problema, não nos parece interessante.

Nossa opinião, que admitimos seja perfeitamente coerente, na conjuntura presente, inclina-se para a organização de um projeto de base, um plano de grande envergadura englobando vários fatores importantes.

Para que produzamos alimentos em grande escala e caráter permanente, não vemos no momento medida mais adequada que a de entrosar o mecanismo dessa produção ao projeto da formação de **seringais de cultura** com material selecionado de Hévea.

Há bem pouco tempo, liamos uma tese muito interessante em que se preconiza uma forma de colonização amazônica através da instalação de núcleos com base em seringais de cultura, medida de alcance não somente social-econômico, mas, ainda, geopolítico.

Muito embora nela o autor não entre em detalhes técnicos sobre a sua formação, aconselha o aproveitamento dos estudos já realizados no IPEAN com a matéria, o qual tem, em pleno curso, um trabalho de caráter experimental de larga envergadura em que está sendo testada a parte fitotécnica com resultados altamente animadores, ao atingir o quarto ano de instalação.

Tal sistema vem, naturalmente, ao encontro de nosso ponto de vista, pois a planificação dos núcleos, como não podia deixar de ser, prevê antes de tudo a **produção de alimentos**.

Pode-se objetar que nesses moldes a produção será de caráter restrito, visando unicamente a auto-suficiência dos núcleos.

É este um conceito com base, mas, a excelência do projeto reside somente na obtenção de Borracha ou terá também como finalidade determinar o povoamento da região? Queremos crer que este último aspecto é ainda mais importante. Desde o início da formação dos seringais o povoamento começará a se processar por si. O estabelecimento de entrepostos de gêneros e materiais e a facilidade de acesso por meio de estradas transitáveis carregará forçosamente o elemento humano que por interesses mercantilistas, profissionais, científicos, ou por espírito de aventura irá constituir aglomerados populacionais. São muitos os exemplos de colonização semelhante, podendo as fases do processo serem admitidas como do domínio do óbvio. Igualmente óbvia é a necessidade de alimentos por parte desses grupos povoadores, bem como o imediato início de operações agrícolas tendentes a neutralizá-la.

Assim, em torno dos núcleos formar-se-ão os vilarejos e surgirão as empresas ou estabelecimentos agrícolas que, estruturados sob várias formas e assistidos técnica e financeiramente, deverão, em conjunto, apresentar, mesmo na fase ainda de formação, uma boa produção de gêneros alimentícios.

Nesse empreendimento, se levado a efeito, a ação de instituições de pesquisas com todo o seu contingente técnico-científico será primordial, devendo quase compulsoriamente orientar quanto às práticas a serem adotadas.

De Eurico Pinheiro, referindo-se ao grupo de Trabalho criado pela Presidência da República para o estudo dos problemas heveicultas da Amazônia, extraímos:

“Queremos consignar aqui o mais completo apoio do IPEAN ao ponto de vista externado pelo Grupo de Trabalho quando em seu relatório diz que a heveicultura significaria:

PRIMEIRO — Colonizar e contribuir para o desenvolvimento de uma região pobre como é a Amazônia, que ainda tem na borracha um dos prin-

cipais meios de subsistência e que possui para aquele fim as condições ecológicas adequadas; **SEGUNDO** — Moldar uma estrutura sócio-econômico sólida naquele meio rural; **TERCEIRO** — Gerar milhares de empregos remunerados e formar pequenas e médias propriedades agrícolas, que se constituirão em núcleos de civilização; **QUARTO** — Favorecer o amparo ao homem, sob os aspectos de higiene, da educação e da cultura, elevando-lhe o padrão de vida; **QUINTO** — Criar estabilidade para as populações rurais locais, eliminando aos poucos o caráter predatório e nômade com que se exercem as atividades da borracha e outras “drogas” florestais; **SEXTO** — Consolidar o povoamento das nossas fronteiras ocidentais, onde as populações são instáveis, pela natureza do seu meio de vida”.

Como se observa, tais expressões reforçam o nosso ponto de vista.

III) CONSIDERAÇÕES GERAIS

Levar a efeito a colonização orientada da Amazônia, sabemos que não é apenas difícil e sim bastante difícil, sendo muitos, naturalmente, os fatores ou aspectos que para isso concorrem, constituindo problemas.

Admitimos, como muitos, ser a questão do material humano um desses problemas, pois, para uma planificação, é fator que tem de ser considerado antes que os demais, principalmente no seu aspecto qualitativo, o mais importante. Promover a imigração não é difícil, mas dosar o povoamento evitando o excesso de elementos miseráveis e incultos já encerra uma certa dificuldade. Uma colonização feita somente à base de párias não nos parece nada interessante. Não vamos também, cair no exagero contrário de desejar uma colonização feita exclusivamente com gente mentalizada.

Importemos os irmãos do Nordeste e fomentemos mesmo a sua imigração mas, importemos também outros elementos, sem distinção de raça ou procedência, que possuam conhecimentos e tradição agrícolas.

Outro problema importante, como não podia deixar de ser, é o referente a recursos financeiros. Executar um plano de tal magnitude que visa resolver problemas de alimentação, de indústria e de integração e valorização da metade do território nacional não é, logicamente, tarefa de milhares de cruzeiros ou mesmo de milhões. Temos que ir para bilhões.

Este aspecto, o principal, por básico, é que torna restrito o número daqueles que acreditam na viabilidade de sua execução ainda na presente geração. O montante do capital e a conjuntura presente concorrem, na verdade, para tal raciocínio pessimista, principalmente quando se atenta para as dificuldades enfrentadas pela SPVEA, e outras instituições aqui sediadas para receber as verbas que lhe são destinadas anualmente.

Não obstante, pertencemos ao pequenc grupo de otimistas que acreditam ser possível a sua iniciação na atual década, talvez bem antes do que se pode supôr. Os motivos já expostos que envolvem nossa soberania e segurança, são muito fortes e podem, de um momento para outro, tornar imperiosas para o país medidas imediatas de colonização da região. Por outro lado, a questão de capital não é insolúvel. Existe mesmo, no momento, uma corrente que se bate junto aos altos poderes nacionais para que 50% do imposto de renda seja aplicado na valorização da Amazônia, pretensão essa que, pela justiça de sua fundamentação, tem possibilidade de ser atendida. Devemos, também, não esquecer as “Aliança para o Progresso” (americana e brasileira) plenamente atuantes no Nordeste, assim como a própria iniciativa particular.

Justifica-se, pois, igualmente, o ponto de vista otimista.

Na parte técnica não enxergamos problemas. Tanto em número quanto em competência, possuímos elementos humanos perfeitamente capacitados a executar o empreendimento com sucesso. No setor médico, agrônomo e de engenharia dispomos de "técnicos" suficientes e mesmo especializados.

Do pouco que dissemos, revendo superficialmente vários aspectos do momento que atravessamos, **depreende-se que** :

a) A Amazônia tem necessidade imediata de produzir alimentos, por injunções de ordem econômica, política, social e moral ;

b) a colonização da região poderá resolver o problema em todos os seus aspectos que são, naturalmente, múltiplos e variados ;

c) a produção entrosada à colonização, única forma capaz de lhe conferir caráter permanente e estável, terá de vencer dificuldades que **precisam ser enfrentadas com decisão, para que se concretize nas bases desejadas;**

d) o natural pessimismo, motivado pela envergadura do empreendimento, deve ser combatido e substituído pelo sentimento contrário de plena confiança em nossa capacidade de realizá-lo.